

BOLETIM 94

Brasília, 1º de abril de 2016

Senadores e deputados lançam frente parlamentar em defesa dos trabalhadores

Em reunião na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senadores e deputados lançaram, nesta quinta-feira (31), a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores **(foto)**. Presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), a reunião contou com a presença de vários parlamentares e de representantes do movimento sindical.

De acordo com Paim, a frente parlamentar vai ampliar e fortalecer o diálogo social dos representantes dos trabalhadores com os parlamentares. O objetivo principal é defender os direitos desse segmento da população, combatendo propostas de legislação que limitem ou reduzam os seus direitos.

Paim citou os projetos da terceirização (PLC 30/2015) e da regulamentação do trabalho escravo (PLS 432/2013) como algumas das proposições em tramitação no Congresso que podem prejudicar os trabalhadores. Ele acrescentou que outros temas em debate no Congresso apontam para ameaças aos direitos da classe trabalhadora, como o desmonte do sistema sindical, a flexibilização da legislação trabalhista (com a prevalência do negociado sobre o



legislado) e a reforma da Previdência. Ao todo, completou, 55 matérias em andamento podem trazer prejuízo os trabalhadores, que serão combatidas pela frente.

Além de Paulo Paim, compareceram à reunião e tornaram-se integrantes da frente parlamentar os senadores Donizeti Nogueira (PT-TO), Gleisi Hoffmann (PT-PR), José Medeiros (PSD-MT), Regina Sousa (PT-PI) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM); e os deputados federais Bohn Gass (PT-RS), Erika Kokay (PT-DF), Glauber Braga (PSOL-RJ), João Daniel (PT-SE), Moema Gramacho (PT-BA) e Nilton Tatto (PT-SP).

Fonte: Agência Senado

Emprego na indústria tem 13ª queda consecutiva em fevereiro, diz CNI

A fraca atividade continua reduzindo o emprego na indústria, que caiu em fevereiro pelo 13º mês consecutivo, informou nesta quinta-feira (31) a Confederação Nacional da Indústria (CNI), na pesquisa Indicadores Industriais. No mês



passado, o emprego diminuiu 0,4% em relação a janeiro, na série livre de influências sazonais, e está 9,4% inferior ao indicador de fevereiro de 2015.

O setor operou, em média, com 77,6% da capacidade instalada, com alta de 0,5 ponto percentual na comparação com o mês anterior, na série livre de influências sazonais. A utilização da capacidade instalada (UCI) ficou 1,9 ponto percentual abaixo da observada em fevereiro de 2015 e 4,9 pontos percentuais menor que a média histórica.

Já o faturamento na indústria cresceu pelo segundo mês consecutivo, com alta de 1,6% em fevereiro comparado ao de janeiro, na série dessazonalizada. Em relação a fevereiro do ano passado, o indicador é 9,9% menor.

As horas trabalhadas apresentaram retração de 1,2% no mês passado na comparação com janeiro e está 8,9% abaixo do registrado em fevereiro de 2015. A massa salarial caiu 1,1% e o rendimento médio, 0,3% na comparação com janeiro. Em relação a fevereiro de 2015, a massa salarial apresentou redução de 11,5% e o rendimento, de 2,3%.

Fonte: Agência Brasil

Desemprego na Grande SP sobe de 14% para 14,7% em um mês

Segundo Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade), divulgada na quarta-feira, 30, a taxa de desemprego na

Região Metropolitana de São Paulo subiu de 14% em janeiro para 14,7% em fevereiro. O nível do desemprego na região é o mais alto para o mês de fevereiro desde 2007, quando ficou em 15,3%, aponta o estudo.

Em fevereiro deste ano, o total de desempregados foi estimado em 1,617 milhão de pessoas, 68 mil a mais que em janeiro. Esse resultado se deve à eliminação de 133 mil postos de trabalho, o que equivale ao recuo de 1,4% no nível de ocupação, sendo que desses, 65 mil deixaram o mercado de trabalho, ou seja, deixaram de procurar emprego. Isso representa um encolhimento de 0,6% na População Economicamente Ativa (PEA).

No demonstrativo por setores, o desemprego atingiu postos de trabalho na Indústria de Transformação (-4,6%), no Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (-3,6%) e nos Serviços (-1,4%). No período, somente o setor da Construção permaneceu estável. Já na comparação com fevereiro de 2015, houve a eliminação de 312 mil postos de trabalho.

Sobre o rendimento médio real dos ocupados na Grande São Paulo, o PED demonstra que a queda foi de -0,4% em janeiro ante dezembro, para R\$ 2,015,00. Já na renda média dos assalariados se manteve estável no período, R\$ 2.057,00. Na comparação com janeiro de 2015, no entanto, houve quedas dos rendimentos médios reais dos ocupados e dos assalariados, de 5,0% e 3,0%, respectivamente. Ou seja, as massas de rendimentos de ambos também recuaram: 7,1% e 6,4%, destaca a Fundação Seade.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Governo corta mais 6,65 bi da Saúde e Educação e paga mais juros

No mesmo dia (30/03) em que o governo publicou decreto com limites de empenho para órgãos federais, com um corte adicional de R\$ 21,2 bilhões, o Banco Central publicou o relatório de política fiscal no qual registra que em janeiro e fevereiro foram desviados do setor público R\$ 86,006 bilhões (8,84% do PIB) para gastos com juros e nos últimos 12 meses, nada menos que R\$ 513,433 bilhões (8,64% do PIB).

Além disso, de acordo com o Tesouro Nacional, a participação dos estrangeiros na dívida pública aumentou de 18,6% em 2014 para 18,8%, em 2015. A entrada de capital se dá através de operações especulativas chamadas de carry trade, que consiste em pegar dinheiro em países como Estados Unidos e Japão, com juros negativos ou quase isso, e aplicar em títulos da dívida pública brasileira, com juros de 14,25% ao ano.

É bom registrar que os juros são fixados pelo próprio governo, através do Banco Central que fixa a taxa básica (Selic), que serve de referência para o conjunto da economia. Segundo o BC, em fevereiro, a taxa do cheque especial chegou a 293,9% ao ano e a taxa do rotativo do cartão de crédito atingiu 447,5% ao ano.

Corte geral - Através do Decreto nº 8.700/2016 o governo cortou R\$ 21,2 bilhões nas despesas primárias discricionárias do Poder Executivo. Como em fevereiro já tinha havido um corte de R\$ 23,4 bilhões, o “ajuste fiscal” totaliza R\$ 44,6 bilhões.

O corte foi geral. A Educação, por exemplo, teve uma perda adicional de R\$ 4,277 bilhões. Isso porque a Pátria é Educadora. Na Saúde, o corte foi de R\$ 2,373 bilhões, em meio à proliferação da dengue, zika e chikungunya. Já o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – no qual está inserido o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV) - perdeu mais R\$ 3,210 bilhões. No primeiro bimestre, as verbas do PAC somaram R\$ 6,96 bilhões, uma queda de 6,8% em relação ao mesmo período do ano passado, quando totalizou R\$ 7,46 bilhões, conforme números do Tesouro Nacional.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



BNDES destina 200 milhões para projetos de privatização da infraestrutura do país

Através de sua política de privatização da infraestrutura do país com as “Parcerias Público Privada e Concessões”, o governo, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e



Social (BNDES), aprovou a criação de uma nova linha de crédito batizada de Pró-Estruturação de Projetos. Com um orçamento inicial de R\$ 200 milhões, o recurso será destinado à empresas de consultoria “especializadas em infraestrutura e estudos técnicos”.

A consultoria que obtiver os recursos do BNDES não será onerada pelo banco público que assumirá o custo, ou os prejuízos, se a licitação não tiver interessados. O responsável por este pagamento, segundo o BNDES, será o vencedor da licitação das rodovias, ferrovias, aeroportos, ferrovias, portos, etc...

O valor a ser financiado por projeto será de até R\$ 15 milhões e entre os itens a serem atendidos estão recursos humanos, aquisição de softwares, bancos de dados e contratação de serviços ou equipamentos especializados.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Juros do cartão de crédito atinge 450% ao ano

Os juros cobrados pelos bancos nas operações de crédito voltaram a subir em fevereiro e atingiram um novo recorde, informou o Banco Central na terça-feira (29). A agiotagem chegou, no caso do juro rotativo do cartão de crédito, a 447% ao ano – uma alta de 8 pontos na comparação com janeiro de 104,8 pontos sobre o que era cobrado em fevereiro de 2015.

No caso do cheque especial, a alta foi de 1,6 ponto sobre janeiro e de 79,7 pontos na comparação com fevereiro passado, atingindo a marca dos 293,9% ao ano.

Além do aumento escandaloso nessas operações, o relatório do BC também aponta alta no crédito pessoal consignado, não consignado, crédito renegociado, compra de veículos e financiamento imobiliário.

O Banco Central e o governo federal, que deveriam atuar como reguladores do sistema financeiro para ao menos evitar esse tipo de abuso, estimulam o assalto mantendo os juros básicos da economia nas alturas, tendência que é “acompanhada” pelos bancos para justificar o aumento das taxas para pessoa física e jurídica.

Enquanto as famílias se afogam nas dívidas e o setor produtivo definha, os bancos se esbaldam em lucros astronômicos. Itaú, Bradesco e Santander, três dos maiores, tiveram no ano passado um lucro líquido de R\$ 47,1 bilhões.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Desmissões na Petrobrás já atingiram 170 mil trabalhadores

Nos últimos anos o governo da Sra. Rousseff vem sufocando a Petrobrás com uma forte política de desinvestimento e privatização, e agora está tentando colocar sobre a Operação Lava Jato a responsabilidade na demissão de 169,7 mil trabalhadores no período. A estatal e suas subsidiárias demitiram, desde dezembro de 2013, cerca de 40% de seus empregados, que na época eram 446,3 mil.

Em 2014, sob direção da amiga de Dilma, Graça Foster, 74,3 mil petroleiros perderam o emprego. Já sob comando de Aldemir Bendine,

95,4 mil foram demitidos até fevereiro deste ano. A Petrobrás está hoje com um efetivo semelhante ao de 2007.

A maior parte das demissões, 85,4%, ocorreu nas subsidiárias que realizavam obras para a estatal, de 175,8 mil trabalhadores em dezembro de 2013 para apenas 30,8 mil em fevereiro de 2016. Ou seja, cortou onde seria mais rápido e fácil.

Dos funcionários próprios da estatal, 7.500 foram desligados pelo plano de demissão voluntária (PDV), lançado em 2014, alcançando quem tinha tempo para pedir aposentadoria.

Outro PDV pode ser apresentado nos próximos dias, desta vez focado em reduzir mais significativamente o número de trabalhadores próprios e abarcando também trabalhadores mais jovens. A Petrobrás tem atualmente 78 mil trabalhadores, e fala-se em um corte de até 15%, podendo chegar a 11,7 mil trabalhadores.

O plano de reestruturação reduziria os cargos executivos e gerenciais em 40%, enquanto nas subsidiárias as obras continuam reduzidas ou paralisadas e a perspectiva é a não renovação dos contratos que estão para vencer. A Petrobrás também está devolvendo uma de suas sedes no Rio e prédios em outros estados.

Os investimentos da Petrobrás representam parte considerável e decisiva do conjunto dos investimentos da economia brasileira. Portanto, a redução dos investimentos da estatal afeta diretamente a economia, e uma das consequências é o desemprego no setor.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Manifestação pró-governo reuniu 50 mil em Brasília e milhares em SP

O protesto pró-governo, chamado de Jornada Nacional pela Democracia - Golpe Nunca Mais, em favor da presidente Dilma Rousseff" reuniu 50 mil pessoas nessa quinta-feira, segundo



a Polícia Militar. A concentração foi no Estádio Nacional Mané Garrincha.

A Secretaria de Segurança Pública informou que cerca de 370 ônibus trouxeram participantes de todo o país para o ato.

Os participantes seguiram em passeata até o Congresso Nacional. Lá, além de políticos, vários artistas discursaram a favor do governo e se apresentaram para a multidão.

Os participantes gritaram palavras de ordem contra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. No prédio do Congresso Nacional, foi projetada a frase "fora Cunha" e um vídeo de apoio do ex-presidente Lula foi veiculado durante o ato.

Em São Paulo, manifestantes contrários ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff



lotarama região da Praça da Sé, no centro da capital paulista.

O ato "Canto da Democracia" foi convocado pela Frente Brasil Popular, que reúne 60 entidades de movimentos sociais e sindicais, e pela Frente Povo Sem Medo, que reúne movimentos de luta por moradia.

Representantes de movimentos sociais, entidades sindicais e partidos políticos se revezaram no carro de som principal e fizeram discursos contra o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Fonte: Portal EBC

Maioria dos ministros mantém no Supremo investigação sobre Lula

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter decisão individual do ministro Teori Zavascki que determinou a suspensão das investigações da Operação Lava Jato sobre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com a decisão, a parte da investigação que envolve Lula continuará no STF e não poderá ser conduzida por Moro.

Seguiram o relator, Teori Zavascki, os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli e Cármen Lúcia. Faltam os votos de três ministros.

Em seu voto, Zavascki defendeu as investigações da Lava Jato, mas disse que elas devem sere feitas dentro da lei para evitar anulações. Para o ministro, Moro não poderia ter divulgado as conversas por envolver a presidente

da República, cargo que tem foro por prerrogativa de função na Corte.

"Para o Poder Judiciário, sobretudo para o Supremo Tribunal Federal (STF), é importante que tudo isso seja feito com estrita observância da Constituição Federal. Eventuais excessos que se possa cometer, com a melhor das intenções de apressar o despacho das investigações. Nós já conhecemos esta história. Já vimos esse filme. Iso pode reverter justamente o resultado contrário. Não será a primeira vez que por força de cometimento de ilegalidades no curso das investigações, STF e o STJ anularam procedimentos criminais."

AGU - O advogado-geral da União (AGU), José Eduardo Cardozo, elogiou a atuação do juiz federal Sérgio Moro na condução da Operação Lava Jato, mas disse que a decisão do juiz em autorizar a divulgação dos áudios entre Lula e a Dilma ofendeu a Constituição e a legalidade vigente.

"Na medida em que alvos interceptados se comunicaram com a presidenta da República, com ministros de Estado e com parlamentares não poderia sua excelência Sérgio Moro ter feito qualquer consideração sobre esta matéria, sob pena de clara de usurpação de competência desta Suprema Corte", argumentou Cardozo.

Fonte: Agência Brasil



Caixa lança aplicativo para trabalhador acessar FGTS pelo celular

A Caixa Econômica Federal lançou nesta quinta-feira (31) o aplicativo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para que os trabalhadores possam consultar seu extrato no fundo. O lançamento foi feito durante a reunião do conselho curador do FGTS no Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Segundo a vice-presidente interina de Fundos de Governo e Loterias da Caixa, Deusdina dos Reis Pereira, esse será um canal adicional de acesso às informações do trabalhador, mas o envio do extrato em papel e por SMS será mantido. “Ele [o contribuinte] pode optar por não receber mais em papel”, explicou, dizendo que mais de 76 milhões de brasileiros já usam smartphones.

“O trabalhador passará também a ser o fiscal da sua própria conta para que possa falar com seu empregador, se necessário, em caso de atraso ou erro de processamento [no pagamento do FGTS]”, explicou.

Para acessar a ferramenta é necessário fazer um cadastro onde o trabalhador deve criar uma senha de acesso e informar o Número de Identificação Social (NIS). Esse número pode ser encontrado nos extratos do FGTS, carteira de trabalho, com o empregador ou nas agências da Caixa.

Fonte: Agência Brasil

Acidente de trabalho provoca condenação ao pagamento de danos morais, materiais e estéticos em decisão da Segunda Turma

A Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), em acórdão de relatoria do desembargador Ivanildo da Cunha Andrade, manteve a condenação da Casas Bandeirantes LTDA. em razão de acidente de trabalho sofrido por empregado. A empresa havia sido sentenciada, na Vara do Trabalho de Serra Talhada, ao pagamento de danos morais, estéticos e materiais, no total de R\$ 20 mil, mas tanto o empregador como o autor da ação não concordaram com o valor, entrando cada qual com recurso ordinário no intuito de fazer com que a quantia fosse revisada.

O acidente se deu por conta da folga no cabo de uma marreta, que fez com que a peça de cima da ferramenta escorregasse e caísse na mão do trabalhador, atingindo um de seus dedos. Em perícia médica ficou constatada uma perda laboral de 20% na mão esquerda.

O empregador afirmou que o funcionário havia sido alertado pelo supervisor sobre o problema na ferramenta, mas, mesmo assim, continuou a utilizá-la. Com isso, a empresa solicitou que fosse declarada a culpa exclusiva da vítima e excluída ou reduzida a condenação por danos. Já o reclamante pediu aumento do valor da



indenização, destacando que o acidente ocorreu porque a empresa forneceu uma ferramenta inapropriada e que a deformidade desenvolvida pela lesão afetou sua convivência social e as oportunidades de trabalho.

Para o desembargador Ivanildo Andrade, trata-se de um acidente de trabalho típico, desencadeando o dever de reparação. Sobre o argumento da empresa ressaltou: “Ao sustentar que houve culpa exclusiva da vítima, atraiu a reclamada o ônus da prova, na forma do artigo 333, II, CPC, do qual não se desvencilhou, pois nenhuma das testemunhas ouvidas confirmou a sua alegação de que a marreta havia sido recolhida e o reclamante a pegou de volta à revelia da empresa”.

O magistrado considerou que o montante de R\$ 20 mil estava adequado aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, cumprindo a função de amenizar o dano da vítima e ao mesmo tempo ter efeito didático para a empresa negligente. Alertou que é preciso ter em conta a extensão dos danos sofridos e a capacidade econômica do ofensor, pois um valor muito alto também pode levar ao enriquecimento sem causa.

O voto foi seguido por unanimidade pelos demais membros da turma.

Fonte: Jusbrasil

Ausência ou atraso no pagamento de verbas rescisórias não gera dano moral

No último dia 17 de março, a Subseção 1 Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que a ausência ou o atraso no pagamento das verbas rescisórias não é suficiente para caracterizar a ocorrência de danos morais.

A SBDI-1 fundamentou sua decisão no sentido de que, no caso julgado, mesmo que o empregador tenha reconhecido o atraso no pagamento das verbas rescisórias do empregado, não houve qualquer consequência concreta que pudesse comprometer a honra ou imagem do empregado (impossibilidade de saldar compromissos, perda de crédito, etc).

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)